

“UM PARTIDO PARA O SÉCULO XXI”
- MOÇÃO VENCEDORA DO XIV CONGRESSO DE MARÇO DE 1996 -

. Introdução

Herdámos, em 1992, um Partido que já não sabia para onde ia, porque ia e com quem ia. Um partido sem vontade política, sem vocação de Poder, com militantes desmotivados, estruturas anquilosadas, 1,5% de intenções de voto e um grupo parlamentar reduzido a cinco deputados. Aparentemente, um partido condenado a desaparecer.

Quatro anos passados, com 9% de votos nas legislativas de 1995, 15 deputados, militantes motivados, um PSD mais uma vez mergulhado nas suas insanáveis contradições internas, estamos na posição óptima para afirmar a nossa vontade política e a vocação para sermos alternativa de Poder.

Neste Congresso, iniciaremos um novo ciclo; lançaremos um projecto e, com ele, as bases da vitória nas eleições legislativas de 1999; constituir-nos-emos como alternativa credível de Poder.

Importam algumas considerações prévias:

Integramos uma Nação com mais de oito séculos e que já demonstrou, ao longo da sua História, uma notável capacidade para ultrapassar crises que pareciam fatais. E quando as elites, sobre cujos ombros recai a responsabilidade da condução do destino da Nação, se demonstraram incapazes de levar a tarefa a cabo, revelando-se como falsas elites, ou pseudo-elites, o Povo soube assumir essa tarefa, de forma pacífica, mas segura. Fazemos parte de uma Nação que quer sobreviver. Consideramos que o regime democrático não está em causa, não pode ser posto em causa.

Portugal (tal como, aliás, a generalidade dos países europeus) atravessa uma crise profunda. Uma análise do estado da Nação permite-nos identificar os fundamentos da crise:

O sistema político encontra-se profundamente degradado. O subsistemas de selecção da classe dirigente, com particular relevo na área eleitoral, encontra-se profundamente viciado e o subsistemas de funcionamento da máquina do Estado necessita de urgentes e drásticas reformas. O próprio conceito de Estado terá de retomar a sua pureza e simplicidade iniciais.

O sistema económico, eivado de perversões e de ineficiências, tem perdas significativas e está longe de realizar as suas potencialidades.

Marginalizado pelos sistemas político e económico, aquele que deveria ser a sua última razão de ser, o Homem, encontra-se reduzido a um meio de subsistência desses dois sistemas.

Quer isto significar que, a não haver uma alteração da situação, é o regime democrático e o próprio país, que se podem encontrar em causa.

O Partido Popular integra uma nova geração de políticos que sabe distinguir o essencial do accidental, o regime do sistema, o que é respeitável daquilo que não merece respeito algum. Uma nova geração que não está disposta a mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma. Se há que mudar - e sobre isso não temos quaisquer dúvidas - então vamos mudar a sério.

Teremos, assim, uma ideia-força que orientará toda a nossa acção. A ideia-força que propomos é a de alternativa de valores ao Poder.

Uma alternativa global não de poder pelo poder, mas em nome de uma ideologia contra o neutralismo pragmático reinante, em nome de valores contra a ausência de valores. Porque foi o neutralismo pragmático que, na ânsia de resolver problemas de forma avulsa e no dia-a-dia, sem uma perspectiva de conjunto e um projecto global, integrado e orientado por valores, gerou a situação de decadência reinante.

Esta será uma alternativa a encabeçar por uma nova geração de políticos e preparando o caminho a uma renovada classe dirigente.

Não aceitamos o lugar comum da década, o da morte das ideologias. Como não aceitamos assistir à substituição dessas ideologias por um neutralismo pragmático cinzento e universal, onde o Poder vale por si e tudo o mais vale o que vale: muito pouco ou quase nada.

Não aceitamos a morte das ideologias, não aceitamos o esquecimento dos valores.

Aqui, mais uma vez, recusamos um mundo em que tudo se equivale, sem padrões ou critérios que não os da eficácia - no curto prazo - de projectos pessoais entregues a si próprios e ao seu desgarrado sucesso, custe o que custe sem importar a quem.

Acreditamos que um país em que se contraponham vários projectos políticos, moldados por diversas ideologias, assentes em diferentes escalas de valores, será um país talvez agitado pela controvérsia, mas vivo e criador; e que um país abandonado ao pragmatismo mais elementar, crescendo entre as ruínas de valores tidos por obsoletos, gozará de uma paz absoluta: a paz dos cemitérios.

Acreditamos e isso é um dado essencial, no regresso político das ideologias e na reconstrução dos valores.

Sustém-nos uma ideologia. Guiam-nos valores.

Uma ideologia consiste, essencialmente, numa perspectiva teórica e coerente do mundo, da sociedade e do homem e na vontade operatória de a traduzir num projecto de acção.

Nós temos essa perspectiva, essa vontade e esse projecto.

Uma perspectiva estruturada do país.

Uma vontade de a realizar.

Um projecto coerente de realização dessa vontade.

Com essa perspectiva, essa vontade e esse projecto, acreditamos poder devolver à Nação um poder, hoje tão reduzido e afirmar, mais claramente, a sua soberania entre as outras nações.

Sobre o poder necessário para o levar a cabo, os eleitores terão a palavra em 1999.

Queremos crer que, aí, estaremos já preparados para ser uma alternativa credível de Poder. E que o seremos. Um Poder que, para nós, nada representa por si próprio mas, isso sim e acima de tudo, representa um meio para desenvolver um projecto. Um projecto político assente em valores sólidos e em

perspectivas do mundo e da vida coerentes e claras e que pode, por isso mesmo, constituir-se como base sólida para o relançamento de Portugal.

II. Uma perspectiva de Direita moderna

Contra o neutralismo pragmático, defendemos que a actividade política se pauta pela obediência a uma ideologia, ela própria pressupondo a aceitação de uma escala de valores.

Contra a Esquerda, entendemos que o homem se constrói enraizado num solo e numa cultura e não num mundialismo apátrida e desenraizado. Só está apto a compreender o mundo um homem que pertence a uma Nação

Contra a Esquerda, entendemos que o homem deve ser servido por um Estado pequeno e forte e não estar ao serviço de um Estado que está em todo o lado e sobre tudo pode e manda.

Pela Direita contra a Esquerda, entendemos que o homem, caso assim o entenda, se deve poder exprimir politicamente independentemente dos partidos.

Pela Direita contra a Esquerda, entendemos que o homem não tem apenas direitos. Ele tem, também, deveres.

Pela Direita contra a Esquerda, entendemos que os homens, nascendo iguais, criam percursos diferentes. E que tentar, pelo igualitarismo, forçar a que esses percursos sejam iguais é um atentado à liberdade de cada um.

Pela Direita contra a Esquerda, entendemos que só um homem enraizado numa tradição tem força para abrir o seu próprio futuro. E que fazer tábua rasa dessa tradição, partir do zero, é retirar ao homem um futuro com sentido.

Pela Direita contra a Esquerda, entendemos que a propriedade privada constitui um dos fundamentos da dignidade do homem. E que a colectivização da propriedade constitui fonte de escravidão.

Pela Direita contra a Esquerda, entendemos que qualquer tentativa de federalização do país constitui uma forma de internacionalismo desenraizador. E que a soberania da Nação constitui um dado essencial à realização do homem português.

Pela Direita contra a Esquerda, queremos uma Europa das Nações, porque só essa Europa será criadora. Uma Europa das Regiões seria sempre fonte de desordem e de anomia e de empobrecimento do património comum de portugueses e de europeus.

Finalmente, pela Direita contra a Esquerda, entendemos que o homem se realiza pela sua participação no seio de comunidades intermédias e sucessivamente alargadas, como a Família e a Nação e não pela inclusão numa massa amorfa e indiferenciada.

DIREITA	ESQUERDA
Patriotismo	Internacionalismo
Estado Pequeno e Forte	Estado Onnipotente e Onnipresente
Uma democracia de eleitores e de partidos	Uma democracia só de partidos
Também os deveres	Só direitos
Liberdade	Igualitarismo

A Tradição Criadora	A tábua rasa
Propriedade Privada	Propriedade colectiva
Soberania	Federalismo
Europa das Nações	Europa das Regiões
Comunidades Intermédias	Massificação

III. Um projecto de direita moderna para Portugal: devolver o poder à Nação e afirmar a sua soberania.

A herança da Esquerda e do neutralismo pragmático: crise do Estado, do regime democrático e do sistema político.

Em Portugal, como um pouco por toda a Europa, assistimos a uma vaga generalizada de ataque (cepticismo) e que atinge, nos seus próprios fundamentos, a credibilidade do conceito de Estado-Nação e a eficácia do regime democrático. O manifesto desinteresse da generalidade das pessoas pelo sistema que estrutura o funcionamento político, social e económico dos seus países corre o risco de se tornar extensivo ao regime democrático, bem como ao próprio conceito de Estado.

Este ataque (cepticismo) fundamenta-se, sempre, em várias razões. Citaremos as seis que consideramos mais relevantes, sendo as primeiras quatro de ordem geral, comum a todos os países europeus e as duas últimas de ordem específica, particularmente adaptáveis ao nosso país e que potenciam a crise, em que o Estado e o regime democráticos se encontram atolados:

1. O crescimento anárquico dos poderes e funções do Estado.
2. As perdas no sistema de transmissão cultural.
3. Um sistema político apodrecido.
4. A incorrecta identificação entre regime e sistema político e a decorrente incidência do desprestígio do sistema político na estabilidade do regime democrático.
5. O seguidismo cultural
6. Condicionismos subjacentes à implantação do regime

Esta situação é uma clara herança da esquerda ideológica e do neutralismo pragmático.

1. O crescimento anárquico dos poderes e funções do Estado

É o primeiro factor de ordem geral. Desde o início deste século que o Estado tem vindo a integrar, de forma anárquica e exterior a qualquer controlo, poderes e funções díspares. E, na medida em que o faz, entra em decadência. E, assim, do Estado-Nação original, austero e centrado nas funções soberanas, ao Estado-Providência, caro e ineficaz, há um longo percurso que importa inverter.

Foi o Estado-Nação a matriz que, essencialmente a partir do século XVIII, configurou a Europa de hoje. Melhor ou pior, foi ele que adaptou, a novos tempos, as virtudes da democracia ateniense e da república romana. Com os

seus muitos defeitos, mas notáveis virtudes, conseguiu estabilizar e desenvolver, uma certa ideia de Europa.

O Estado-Nação foi, durante muitos anos e no essencial, sóbrio, eficaz, rigoroso, servido (na verdadeira acepção da palavra) por uma classe dirigente prestigiada, uma elite. O Estado era árbitro aceite, agregador de vontades, factor de coesão social. Até à chegada do Estado - Providência.

Importado dos Estados Unidos pela Europa do pós-guerra, o Estado-Providência representa, primeiro, a intromissão dos poderes públicos na esfera económica e, depois, a intromissão, em círculos cada vez mais íntimos, da vida privada dos cidadãos. O aparelho burocrático cresce desmesuradamente e, com ele, os custos de funcionamento do Estado. A carga fiscal conhece um aumento brutal destinada a pagar, não só reais benefícios ao cidadão, mas também os custos perversos desse funcionamento. Fonte de decisivo poder económico, os lugares políticos tornam-se particularmente apetecíveis. O quase indiscriminado poder de decisão em áreas sensíveis do domínio económico e empresarial abrem o campo à corrupção. Começa, aqui, o divórcio entre o cidadão e o Estado.

Ocupado por uma falsa elite autista, com a sua linguagem própria, os seus ritos e interesses próprios e bem diferenciados, o Estado passou de árbitro a parte interessada, deixando de preencher o essencial da sua função, ou seja, manter-se acima dos clãs, dos interesses categoriais, dos grupos de pressão. Isso para que entre eles possa, com indiscutível legitimidade, arbitrar, decidir, projectar, estabelecer ou restabelecer a coesão, forma única de manter viva a Nação, que é e será sempre, essencialmente, um projecto de vida em comum.

É assim que, como parte interessada, o Estado perdeu, frente às outras partes, capacidade de arbitragem e de soberania. Ninguém aceita, de boa mente, juízos em causa própria. De início factor de coesão social, o Estado transformou-se em fonte de divisão e conflito. É um facto essencial, a ter conta na generalidade dos países europeus e, com particular relevo, em Portugal. Uma estratégia política de mudança profunda, terá de ter em conta este facto. Caso o não faça, estará, à partida, condenada ao fracasso.

2. As perdas no sistema de transmissão cultural

É o segundo factor de ordem geral. A evolução negativa do Estado apenas se torna possível pelo progressivo laxismo na manutenção do sistema de transmissão cultural, hoje em dia essencialmente constituído pelo sistema educativo a cargo do Estado.

A progressiva massificação do ensino, acompanhada por uma também progressiva desmotivação dos professores, pela perda do rigor intelectual e por uma crise na percepção dos valores, dando a ideia de que tudo é igual a tudo, estão a criar um cidadão sem passado e sem perspectivas de futuro, mergulhado num eterno presente sem espessura. Especificando:

o rigor intelectual perdido:

Os métodos pedagógicos utilizados desde o ensino primário encontram-se todos orientados no sentido contrário ao de um saudável desenvolvimento da capacidade de abstracção, essencial à possibilidade de um raciocínio claro. O

desenvolvimento da capacidade de memorização é não só descurado como hostilizado, dificultando uma futura acumulação de conhecimentos essenciais á emissão de juízos fundamentados.

A fluidez na distinção entre a realidade e as aparências, entre o essencial e o acidental:

A falta de capacidade de abstracção determina a perda de capacidade de distinção entre o essencial e o acessório. Num mundo intelectual onde as realidades se não encontram hierarquizadas e em que todas elas se equivalem, não se articulam juízos de realidade, mas encadeiam-se sequências de emoções, sem peso e sem espessura e de onde se encontra ausente qualquer possibilidade de distinção entre desejos e realidades, entre questões essenciais e questões acidentais.

A crise dos valores: Tudo é igual a tudo:

Perdidos os pontos de referência intelectuais, perde-se a estrutura subjacente a qualquer possível hierarquização de valores. Pior, confundem-se valores com realidades e realidades com valores.

3. Um sistema político paralisante.

É o terceiro factor de ordem geral. O sistema, que tende a ser confundido com o regime, degrada-se pelo funcionamento conjugado de vários mecanismos, importando citar os dois mais relevantes.

Primeiro mecanismo, o do *Diálogo Social*, ou a vitória sistemática de interesses categoriais específicos sobre o interesse geral:

Desacreditado, imobilizado pela própria imensidão das tarefas que se atribui e que não tem capacidade para levar a cabo, refém de uma classe dominante por vezes impreparada, o Estado sofre a oposição sistemática e usualmente vitoriosa, de interesses categoriais ao interesse geral que será suposto ele representar ou, pelo menos, à leitura por ele feita, ele, governo legitimamente eleito, daquilo que é o interesse geral. Governar é decidir. E decidir é, sempre - ou quase sempre - decidir contra alguém. Cada vez que se tenta legislar, os interesses eventualmente atingidos pressionam. Os governos cedem e a sua acção é paralisada, ou torna-se errática. E as maiorias silenciosas, como o próprio nome indica, não falam, não protestam. Mas dentro delas, cresce o alheamento e o desinteresse.

Segundo mecanismo, o da perpetuação em circuito fechado, ou de como uma pseudo-elite dominante, geracionalmente datada, se eterniza no poder:

Gerada pelo Sistema (educativo, eleitoral, comunicacional) o poder encontra-se nas mãos de uma pseudo-elite fechada sobre si própria, vivendo de ritos só por ela conhecidos e compreendidos, desligada do sentir geral do Nação. Esta pseudo-elite apenas se consegue manter como tal graças ao sistema que, pela

sua própria estrutura e modo de funcionamento, facilita a sua perpetuação no poder e penaliza todos os que com ela se não identificam.

4. A incorrecta identificação entre regime e sistema político e a decorrente incidência do desprestígio do sistema político na estabilidade do regime democrático.

O quarto factor de ordem geral e que busca a sua origem na associação, usual mas ilegítima, entre a democracia e os êxitos, por ela obtidos, na esfera social. De facto, entre a democracia como regime político e o Estado-Providência preconizado pela Esquerda tem-se vindo a desenvolver uma progressiva e perigosa identificação, desde o fim da 2ª Guerra Mundial.

Hoje, é integral essa identificação.

Quer isto dizer que se confunde o essencial com o acessório. E que se corre o risco de colocar em causa o essencial quando se pretende defender, a todo o custo, o que não passa de acessório: a reformulação do Estado caro e tutelar.

Significa isto que a defesa da reformulação inevitável do Estado caro e tutelar, hoje óbvio para a generalidade dos observadores, tem sido entendida, pela actual classe dirigente e com particular relevo pelos seus mais directos beneficiários, como um atentado ao próprio regime. Sem entenderem, ou fingindo não entender, ou não querendo entender, que será essa a única forma, de facto, de salvar o regime.

É a esta confusão entre o Regime e o Sistema que se deve o facto de os partidos que atacam o sistema serem constantemente entendidos (no imaginário político-mediático, bem como no da restante classe dirigente) como forças marginais do regime. E, contudo, a única forma de garantir a sobrevivência do regime democrático reside na completa reformulação de um sistema que ameaça a credibilidade do regime com que, de forma ilegítima e abusiva, é identificado.

5. O seguidismo cultural

Primeiro factor de ordem específica, é a tendência para uma cópia acrítica de tudo o que se passa *lá fora* e que leva a que tenhamos vindo a importar, aumentados, todos os erros do sistema. Acresce a nossa profunda dependência, no que ao modelo do Estado e do seu funcionamento diz respeito, das concepções românticas.

6. O condicionalismo subjacente à implantação do regime

Segundo factor de ordem específica terá sido o peso determinante do Partido Comunista nos primórdios do regime democrático. Este peso levou a que este nascesse amputado de todo um sector tradicional do pensamento político ocidental, ou seja, o pensamento liberal e conservador. E isso na medida em que este sector tem sempre constituído, em toda a Europa, travão a uma mais rápida degenerescência do conceito tradicional do Estado, da representação política e da qualidade da classe dirigente.

O espectro partidário manifesta bem esse desequilíbrio. Um partido centrista-giscardiano que se pretendia democrata-cristão, um partido social-democrata, um partido socialista e um partido comunista. Os poucos conservadores e

liberais que decidiram entrar, ou reentrar, na vida política fizeram-no através do CDS e do PSD. Com um poder interno nulo dentro desses partidos durante os primeiros anos, como seria de prever.

Esta distorção original vem agravar, em relação a outros países europeus, a degenerescência do sistema.

Da análise feita, decorre o projecto que nos propomos: **devolver o poder à Nação e afirmar a sua soberania**. Esclarece-se, sem margem para dúvidas, em capítulo especial, a nossa posição frente à questão europeia.

Devolver o poder à Nação significa providenciar por um reequilíbrio global do Poder. Reequilíbrio global e criador, porque libertador de energias hoje bloqueadas pela conjugação de um demasiado poder do Estado com o ilegítimo poder de grupos de pressão de todos os matizes.

Implica:

Retirar uma parte substancial do poder político, ilegítimamente usurpado pelo Estado aos cidadãos e devolvê-lo à Nação.

Retirar parcelas substanciais de poder político, ilegítimamente usurpado ao Estado por grupos organizados de pressão e devolvê-las quer ao Estado, quer aos cidadãos.

Retirar ao Estado o poder económico (excepto, obviamente, o de arbitragem) e devolvê-lo aos cidadãos, às famílias e às empresas.

Por fim e em síntese, recolocar o homem no seu inicial lugar, como centro do poder político e económico, de forma a que possa recuperar a sua dignidade, a sua energia e o seu poder criativo.

Devolver o poder à Nação e afirmar a sua soberania, é o projecto de direita moderna que o PP entende como seu e que depende da prossecução de três objectivos, intimamente interligados entre si. É a concepção global derivada da interligação destes objectivos, interligação atrás esboça da que define a Direita moderna que representamos.

São os nossos objectivos:

1. Refundar o Estado e uma verdadeira soberania.
2. Restaurar plenamente a Economia de Mercado.
3. Recolocar o Homem no centro da Economia e do Estado.

A. Recolocar o Homem no centro da Nação

1. O homem é a fonte de legitimidade dos sistemas políticos e económicos e não o Inverso

Usurpado de parte substancial do poder de decisão política e económica o homem perdeu, em grande parte, mão sobre o seu Destino. E assim foi passando, gradualmente, do centro para a periferia do sistema. De decisor político a mero eleitor, de decisor económico a simples contribuinte, a sua margem de manobra tem-se vindo a reduzir substancialmente. O homem alienou demasiado poder nas mãos do Estado.

É uma faceta essencial do homem a capacidade de decidir sobre o seu próprio destino. Ainda que mal. Porque disso terá de ser ele e ninguém mais, o seu próprio juiz. É essa capacidade de decisão que fundamenta a sua dignidade.

Foi sendo em nome do homem, da sua felicidade e do seu bem estar que o Estado lhe foi, paulatinamente, retirando poderes reais, base da única liberdade que conta, a liberdade concreta, aqui e agora.

É em nome do homem, da sua dignidade que nós entendemos que lhe deverão ser devolvidos os poderes, fundamento das liberdades, que ao longo dos últimos decénios lhe têm vindo a ser retirados.

2. Os deveres do Homem e Cidadão

Devolver a dignidade ao homem é, também, colocá-lo frente aos deveres que tem para consigo próprio e para com a comunidade. É dever do homem combater pela sua vida, pelo seu bem-estar e pelo seu futuro. Respeitar a sua liberdade e a dos outros. E não entregar na mão do Estado, isto é, dos outros, a tutela sobre o seu destino.

Cada direito, para um homem livre, encontra a sua contra partida num dever. Uma cultura dos direitos que não é acompanhada por uma cultura dos deveres gera uma Nação doente e a exigir tutela. Isto é, perda de responsabilidade ou perda de soberania. Entre o Estado tentacular e o homem a quem apenas se reconhece direitos estabelece-se uma relação perversa e em circuito.

É essa relação perversa, esse circuito fechado que teremos de cortar e de abrir.

3. A refundação do sistema de transmissão cultural

Uma Nação é uma continuidade no tempo, que se estabelece pela transmissão, de geração para geração, de um complexo tecido de dados culturais. É essa transmissão que permite a continuidade, no tempo, da Nação. E é ela que, enraizando um povo no seu passado, lhe outorga a força para, enfrentando e construindo o presente, alicerçar o futuro.

Inicialmente centrado no seio da família, este mecanismo de transmissão foi sendo, gradualmente, transposto para a Escola e, com o sucessivo alargamento do ensino público, para o Estado.

A acção conjugada da inépcia gestora do Estado com a predominância de teses avessas à identidade cultural dos povos destruíram parte substancial do sistema de transmissão cultural. A neutralidade ética varreu da Escola o culto de valores como a responsabilidade, o esforço e o dever. E assim fomentou, obviamente, o culto da irresponsabilidade, do menor-esforço e dos direitos sem contrapartidas.

Não há Nação segura de si mesma e do seu papel no mundo quando não funcione, ou funcione imperfeitamente, o mecanismo de transmissão cultural. É, assim, urgente reconstruir um verdadeiro mecanismo de transmissão cultural. Se a neutralidade religiosa, no ensino público, é essencial, já o mesmo se não poderá dizer da neutralidade ética. A necessidade da transmissão de valores essenciais ao desempenho de uma verdadeira cidadania não poderá ser escamoteada. Como o profundo ensino da História e da Língua portuguesas, essenciais à compreensão profunda da Nação, tão-pouco o poderá ser.

B. Devolver aos homens o poder político: refundar o Estado e restaurar uma verdadeira soberania

Vimos já que o crescimento desmesurado do Estado marginalizou os cidadãos. E o Estado, criado pelo homem para o servir, acabou por colocar o homem ao seu serviço. Tentacular e omnipresente, o Estado, na sua configuração actual, suga as energias dos cidadãos. Mas ele próprio enfraquece, vítima das ineficiências geradas pelo óbvio exagero da sua dimensão. E esse enfraquecimento representa, simultaneamente, o enfraquecimento da soberania da Nação.

É um dos objectivos prioritários do PP o de restaurar as condições necessárias a uma verdadeira soberania, o que implica restaurar o Estado na sua simplicidade e eficácia originais, independentemente da necessária adaptação às novas circunstâncias. Entendemos ser esta a única forma de lhe devolver o prestígio, a força e a eficácia perdidas. E de devolver ao cidadão o protagonismo que lhe é devido e que há muito perdeu.

Que Estado queremos nós?

Na sua concepção e estrutura: Um Estado pequeno e sóbrio, mas forte, rigoroso, eficaz, simples e claro.

Na sua relação com os cidadãos, um Estado aberto, justo e atento

No âmbito da sua actuação, um Estado recentrado nas suas funções tradicionais, as chamadas funções soberanas, ou regalias e selectivo nas funções sociais.

1. Um Estado sóbrio e forte

Diminuição e flexibilização do aparelho do Estado em todas as áreas.

Redução, ao mínimo indispensável, da legislação e regulamentos existentes, bem como extrema contenção na futura produção legislativa.

Devolução, ao cidadão, da efectiva liberdade contratual e da iniciativa, bem como dos riscos inerentes à sua acção livre e consciente.

Exigência de rigor na sua actuação, rigor consigo próprio e com os cidadãos. Rigor nos gastos que faz e nas medidas que assume. Rigor nos compromissos que toma e na execução desses compromissos.

2. Um Estado aberto, atento e perto dos cidadãos

Exige, depois, um Estado aberto, justo e atento, um Estado perto dos cidadãos. E isso compreende, no nosso caso, uma profunda alteração da Constituição que nos rege, com particular atenção ao sistema eleitoral vigente, bem como à reformulação do instituto do referendo.

a) Um Estado aberto

(1) Alteração da Constituição

A nossa Constituição encontra-se ideologicamente datada, é profundamente rígida, abarca demasiadas matérias. É um colete de forças a manietar a Nação.

O projecto de revisão, pelo PP apresentado, todo ele se orienta no sentido do expurgo da carga ideológica e simplificação e flexibilização do texto.

(2) Alteração da Lei Eleitoral

Exige uma alteração do sistema eleitoral vigente, que privilegie a responsabilização directa do eleito perante o eleitor.

Acabar com o monopólio dos partidos sobre a vida política e com o exagerado poder de decisão dos directórios partidários sobre quem deverão ser os candidatos a deputados nas eleições legislativas são dois objectivos maiores que propomos nesta área

(3) Alteração do âmbito de referendo

Acima de uma eventual incompetência, mais ou menos generalizada; para além de uma eventual corrupção, mais ou menos profunda; independentemente do grau, maior ou menor, de opacidade; mais do que tudo isso, para além de tudo isso, o que parece estar no cerne do inegável mal-estar existente entre o povo português e a sua classe política é o alheamento, temperado com alguma arrogância, desta classe política em relação àquele povo.

O povo sente, de forma difusa, quase subliminar, que o interesse da classe política pela sua vida e pelo seu destino é episódico e, pior do que isso, instrumental. Episódico, porque localizado nos períodos eleitorais; instrumental, porque apenas dirigido ao retorno dos votos. Nos longos intervalos entre um e outro desses períodos eleitorais, tudo se resolve nos gabinetes, inter pares ou, no limite, nos corredores, onde apenas têm acesso representantes de grupos de pressão, temidos porque poderosos, ouvidos porque bem organizados.

É óbvio que há programas eleitorais, com base nos quais é suposto os eleitores assumirem as suas opções de voto; como é óbvio, sendo assim, que as decisões tomadas, e directa ou indirectamente baseadas nesses programas, não necessitem de qualquer consulta prévia aos eleitores. Como é impensável o permanente sufrágio de decisões de gestão corrente.

O que já não é, de forma alguma, óbvio ou natural, é que a tomada de decisões de determinante impacto na vida da nação, como resposta a situações inesperadas ou, pelo menos, não explicitadas no programa eleitoral do partido sufragado pela maioria, não sejam precedidas de uma consulta prévia e vinculativa ao povo que é, em democracia, a fonte única da legitimidade. É para esses casos que existe a figura do referendo.

O referendo constitui um instrumento de participação dos cidadãos na governação; e a possibilidade que a esses cidadãos se dá de decidirem sobre questões determinantes para a sua vida haverá de representar sempre, de forma inequívoca, a prova de que os políticos os respeitam e de que os não consideram uma mera fonte, cíclica quanto baste, de indispensáveis e oportunos votos.

Por muito competente e incorrupta que seja a classe política, a sua "reconciliação" com o comum dos cidadãos apenas se dará quando estes sentirem que a sua opinião conta para além dos períodos eleitorais. Que a sua participação é, efectivamente, acautelada e bem-vinda, mormente quando se encontram em jogo opções fundamentais e determinantes para o seu futuro e,

particularmente, quando o que está em causa é uma viragem decisiva no percurso histórico do seu país. E que esta garantia de participação atempada nas grandes decisões, apenas poderá ser dada por uma figura do referendo bem diversa da que é desenhada, actualmente, pela Constituição.

Assim e urgentemente, há que rever a Constituição, de forma a fazer desaparecer os graves bloqueamentos que se colocam ao cabal desempenho do cidadão como participante, de pleno direito, na construção do seu futuro. A cada momento e sempre que tal for exigível.

É essa transparência entre a vontade do eleitor e o permanente desempenho do eleito que, acima de tudo, entendo defender. Porque é essa transparência a matriz e o padrão de todas as outras transparências. É nessa transparência que se funda a verdadeira democracia representativa e é por essa transparência e só por ela, que se funda a verdadeira dignidade de dirigentes e de dirigidos.

Sem ela, nada mais teremos para além de um país dividido entre a esquizofrenia de uma classe política a funcionar em circuito fechado e a indiferença primeiro, mais tarde o azedume e, por fim, o ódio, dos cidadãos marginalizados em relação às grandes decisões sobre a sua Vida, sobre a sua História e sobre o seu Destino. Estas ideias pressupõem que, tanto no plano externo, como no interno, o referendo se faça.

b) Um Estado atento

Um Estado atento às necessidades e às sugestões dos cidadãos

Um Estado que serve os cidadãos e que não os trata como súbditos.

Um Estado que acompanha o evoluir das situações e das necessidades, que se mostra onde é verdadeiramente preciso e não está onde ninguém o chamou.

c) Um Estado perto dos cidadãos

Para que se possa identificar com o cidadão, o Estado terá de ser próximo. Não poderá ser visto como uma entidade abstracta e distante, mas sim como algo que, ali ao lado, resolve problemas em vez de complicar soluções.

O Poder Central deverá ser meramente supletivo, ou seja, a ele deverão apenas ser atribuídos os poderes que não seja viável, ou recomendável, ou operacional, residirem no Poder Local.

O Estado concentra, em Portugal, demasiados poderes. Muitos deles, como vimos, terão de ser devolvidos aos cidadãos. Outros deverão ser entregues a outras instâncias do Estado. Haverá, assim, que desconcentrar os poderes do Estado. Duas possibilidades existem, de base, para o fazer: por descentralização e desconcentração ou por regionalização. O Partido Popular terá, muito rapidamente, de optar por um ou por outro destes caminhos.

Não é apenas ao nível do Poder Central que há que reformular o Estado e o modo de actuação do Poder. É ao nível, por exemplo, dos actuais municípios e freguesias que há que refazer todo o caminho em sentido inverso ao que tem vindo a ser feito.

3. Um Estado recentrado nas funções tradicionais

Nelas, nas funções tradicionais, se deverá concentrar o essencial dos recursos humanos e financeiros do Estado. Por transferência de parte dos recursos delapidados com a sua intervenção em campos de onde deveria estar ausente ou onde lhe caberia manter um mero papel supletivo, de apoio distante ou simples arbitragem.

É impensável que se alegue falta de recursos para a prestação de uma Justiça pronta e actuante, a manutenção de forças de segurança bem treinadas e equipadas, de Forças Armadas bem estruturadas e eficazes e um corpo diplomático representando dignamente o país. E é tão mais impensável quanto é por demais sabido que esses mesmos recursos sobram para o inútil e dispendioso acervo de repartições e secretarias cuja existência é desprovida de qualquer evidência sólida; para empresas públicas devastadas e para ministérios sobredimensionados e, no limite, rigorosamente inúteis.

Há que cortar a direito nas actividades e despesas supérfluas do Estado, repartindo as poupanças (e as actividades sobrantes ...) entre os cidadãos (pela poupança fiscal e uma maior iniciativa) e o Estado (pelo reforço dos meios disponíveis para as funções de soberania e da actividade no desempenho dessas funções). Exige-se, assim, uma concentração de recursos financeiros e humanos nas chamadas funções soberanas. São elas as funções para o desempenho das quais o Estado foi inicialmente concebido e criado, das quais jamais se deveria ter afastado e fora das quais, em tempo algum, se deveria ter aventurado. São, ou deverão ser, as quatro faces do Estado. Essas faces, ou funções soberanas, são:

a) Administração da Justiça

É a face do Estado voltada para a elaboração das leis e para a eficácia da sua aplicação. Leis claras quanto baste e não mais do que as necessárias para o bom funcionamento da comunidade. Com tribunais dotados de todos os meios materiais necessários á administração de uma Justiça rápida e sem equívocos: se há área onde os contribuintes entenderão que os seus impostos são bem aplicados, é nesta. Uma sociedade só é coesa quando cada um dos seus membros tem a garantia absoluta de uma defesa sem desfalecimento dos seus direitos frente à eventual prepotência de qualquer dos outros. Quando se sente protegido no universal princípio da igualdade dos direitos e deveres perante a Lei.

E este princípio há que aplicá-lo ao próprio Estado que não está, nem pode estar, acima da Lei. Por isso defendemos também e intransigentemente, o Estado-Pessoa-de-Bem. Porque é iníquo o Estado que não cumpre aquilo que exige aos seus cidadãos que cumpram. É iníquo o Estado que deve e não paga; ou que, quando paga, paga tarde e a más horas; o Estado que recebe com juros e paga sem eles; o Estado que contrata e não cumpre; o Estado que utiliza a panóplia infinda dos seus quase ilimitados meios para perseguir cidadãos de meios sempre limitados; é iníquo o Estado que deixa que se instale, no âmago dos seus actos, a arbitrariedade, a prepotência e a má-fé. O Estado que não procede como pessoa de bem, é fonte de desordem, de cepticismo e de degradação. Queremos, assim, um Estado exigente consigo próprio pelo menos tanto quanto o é, ou deverá ser, com os seus cidadãos.

b) Manutenção da ordem pública

É a face do Estado que garante a segurança das pessoas e bens. Que organiza forças de segurança que sejam isso mesmo: de segurança. Forças suficientemente credíveis para dissuadirem os cidadãos do desrespeito à Lei mas, quando tal for necessário, suficientemente eficazes para fazer cumprir a Lei de forma exemplar e inequívoca. É esta outra área onde os meios materiais não poderão faltar.

Como é óbvio a Lei penal é um pressuposto essencial à ordem pública, pelo que se deverão proceder aqui também a profundas reformas.

c) Representação externa do país

É a face do Estado voltada para a defesa e representação externa dos interesses de Portugal e dos portugueses.

A falta de recursos financeiros tem largamente prejudicado esta função essencial do Estado. Uma falta que se reflecte em aspectos tão relevantes quanto a defesa consistente e sustentada dos nossos interesses permanentes.

d) Defesa

É, por fim, a face voltada para a defesa da integridade das fronteiras e para a salvaguarda da independência nacional. Ainda que muito cuidadosamente geridos, os recursos humanos e financeiros afectos à Defesa Nacional terão de ser os suficientes para que esta seja credível e cumpra os seus objectivos.

4. A questão europeia

No que respeita à nossa política europeia, essencial à definição das possibilidades e limites de uma verdadeira soberania, cabe aqui a questão essencial: que relação com a UE deveremos ter? Três posições de base são teoricamente possíveis:

a) Uma posição de abdicação da soberania,

Seja extrema ou mitigada, será sempre tendente à perda da independência nacional.

b) Uma posição de negociação soberana

reconhecendo as virtudes da integração de Portugal num espaço mais vasto, reconhecendo a existência de interesses comuns, que poderão ser potenciados mas, também, a de interesses divergentes e que, pela nossa parte, terão de ser salvaguardados e duramente defendidos.

c) Uma posição de recusa radical ou isolacionista

entendendo que a integração porá em causa sempre e por definição, a globalidade dos interesses do país e a sua independência.

A defesa da terceira posição pressupõe sempre, implícita ou explícita, uma crítica à possibilidade de sustentar duradouramente a segunda posição e comporta o seguinte postulado: mais pobres e mais pequenos, os portugueses serão «esmagados» pelos seus parceiros, todos, ou quase todos, mais fortes, ficando incapacitados para a defesa dos interesses divergentes.

Esta posição assume um pressuposto: os portugueses não têm força para fazer valer os seus direitos. Mas, se assim é, o problema ficará resolvido com o encerramento das fronteiras sobre nós próprios? Quem nos garante, nesse caso, a independência?

Ponderadas bem as questões, tudo indica que, se não formos capazes de nos fazer respeitar pelos nossos parceiros da UE, dificilmente poderemos aspirar a uma efectiva independência. Assim sendo, a resposta à questão implicará, então, a resposta a uma questão prévia:

Que país somos? Tem Portugal a possibilidade de sobreviver, realmente e de facto, como nação autónoma e independente?

Vejamos:

Qualquer comunidade de homens só sobreviverá como comunidade autónoma na medida em que:

1. Traga dentro de si própria e a cada momento o consubstancie, um projecto de vida que a diferencie de qualquer outra.

2. Tenha o poder suficiente para manter a sua identidade e a sua integridade contra a desagregação interna e a vontade de poder de outras comunidades externas. Esse poder possui, sempre, três componentes : física, cultural e económica; e, conforme as épocas e o estágio de evolução da Humanidade, dominará uma ou outra das componentes. O poder, hoje, assenta sobre uma componente económica, ela própria intimamente ligada a uma componente cultural. Cultural no sentido lato de capacidade para gerar ideias inovadoras e para apreender, de forma imediata, permanente e construtiva, uma realidade cada vez mais complexa e em mutação cada vez mais rápida.

3. Segregue elites que, a cada momento, representem e potencializem, traduzindo em actos, o projecto de vida e a energia da nação.

Pergunta-se: cumprimos esses requisitos?

Esta é a questão essencial a colocar. Se a resposta é negativa, Portugal, dentro ou fora da UE, tem os dias contados. Se é positiva, tem todas as condições para se manter integrado no espaço europeu, sem risco para a sua soberania.

É crença sólida do PP que Portugal tem possibilidades de se afirmar. Existe um substancial número de políticos, de empresários e de assalariados que têm um projecto de sociedade, de empresa e de vida e estão dispostos a bater-se por

esses projectos. São o estrato verdadeiramente dinâmico da sociedade. Se a esta faixa (que é, ou deverá ser, o eleitorado natural do PP) vierem a ser criadas condições de sucesso, o peso específico de Portugal no conjunto das nações poderá aumentar substancialmente.

Que fazer?

É nossa convicção, a de que teremos de enfrentar o problema da afirmação de Portugal, sem aceitar qualquer via de fuga. E enfrentar esse problema é aceitar, de forma clara e explícita, a necessidade de tentar criar as condições para que o sector dinâmico da sociedade, o que tem projectos, se possa sobrepor ao outro, o que tem meros interesses. É uma profunda reconversão, mas sem a qual é irrelevante estar na UE ou abandoná-la porque o resultado, a prazo, será o mesmo: ser um Estado federado com hino e bandeira mas sem soberania, ou ser um protectorado, igualmente com hino e bandeira e, igualmente, sem soberania. Os esforços terão de ser concentrados na reconversão, porque é aí que verdadeiramente se joga a independência do país. Daí a necessidade de mudar o sistema. porque só mudando o sistema, criaremos as condições de resolução do dilema europeu. Daí o essencial do projecto do PP

Sintetizando e no que respeita à política europeia convém deixar bem claro que o PP :

Não defende. mesmo Que indirectamente, a saída da UE, antes defendendo uma participação atenta e critica de negociação soberana ..

Defende um modelo de União Europeia baseada na livre escolha de políticas, na igualdade jurídica dos Estados e no controlo nacional das instâncias comunitárias.

Atacará sempre, com a dureza necessária e sem contemplações, o lamentável servilismo que tem orientado as nossas relações com Bruxelas.

Assume uma posição radicalmente distinta da generalidade dos outros críticos à nossa integração europeia: contrariamente ao que se crê, ou que se pretende fazer crer, o PP tem, por ideia força essencial, o que tem que mudar cá dentro para podermos ser um parceiro de pleno direito lá fora e não, como os já referidos outros críticos, com particular relevo para o PCP, sair lá de fora por conformismo (implícito) com o que temos cá dentro.

C. Devolver aos homens o poder económico: restaurar plenamente a economia de mercado

A intromissão do Estado na Economia representa outra faceta da invasão abusiva da esfera privada do cidadão. Neste campo, como no essencial do campo político, ao Estado cumpre o papel de árbitro e não o de jogador.

A actividade do Estado, na esfera económica, deverá ser supletiva. Apenas se deverá encarregar do desempenho de actividades de indiscutível interesse para a comunidade e a que o sector privado entenda não ser do seu interesse. O Estado patrão deverá ser reduzido ao mínimo.

É necessário para que o Estado volte a ser aquilo que deve ser:

Estado, tout court Não compete ao Estado redistribuir cegamente a riqueza criada, mas sim apoiar os que verdadeiramente necessitam desse apoio e apenas enquanto dele necessitem. Um Estado que garanta, serviços eficientes de Saúde, de Educação, de reconversão profissional e de subsistência digna aos que, comprovadamente, os não possam custear e que, de uma forma geral, dote o país das infra estruturas necessárias à potenciação da energia criadora dos cidadãos e das comunidades. Um Estado que, utilizando o conhecido provérbio chinês não dê o peixe, mas ensine a pescar.

Depois, um Estado que garanta, aos portugueses, um mínimo digno nas áreas da subsistência, da educação e da saúde.

O Estado não é, nem poderá ser, uma máquina de igualitarização forçada, contra tudo e contra todos. Deve, isso sim, zelar pelas condições de igualdade à partida.

IV. Cumprir o projecto: ser alternativa de Poder em 1999

A. O velho ciclo do neutralismo pragmático

1. O PSD

À chegada ao poder do PSD correspondeu, em Portugal, o início do ciclo do neutralismo pragmático que, por toda a Europa e desde há já algum tempo, se iniciara.

Federação de barões e de clientelas em eterna agitação, o PSD é um partido que claramente professa o neutralismo pragmático, eternamente à procura de um primus inter pares que o leve à vitória. A morte prematura de Sá Carneiro não lhe permitiu alterar a situação.

Esta a razão pela qual no PSD se discutem homens, jamais ideias. Essas serão apenas e a cada momento, as mais convenientes para ganhar uma batalha. São instrumentos, armas a escolher segundo o tipo de terreno onde se irá desenrolar o combate. Ao PSD só interessa a vitória e o espólio da vitória. Ideias e líderes e bandeiras são instrumentais e, como tal, intermutáveis e descartáveis

Um projecto de poder assente no neutralismo pragmático esgota (e esgota-se) depressa. Com quatro eleições perdidas, sem poder e desorientado, o PSD está, mais uma vez, à procura de líder. Líder que, uma vez escolhido, agitará as bandeiras - e as ideias - que o momento melhor aconselhar.

2. O PS

O ciclo do neutralismo pragmático não se encerrou com a derrota do PSD nas legislativas. Antes, continua com o Governo de António Guterres. Navegando à vista, alheio a qualquer questão ideológica de princípio, mas submetido às normas condicionantes da ortodoxia europeia, o Governo irá tentar chegar a 1999. Só que, numa conjuntura económica substancialmente mais desvantajosa do que a encontrada pelo PSD durante parte substancial do período do seu Governo, António Guterres dificilmente poderá passar desse ano de 1999.

B. O novo ciclo das ideologias

Admitindo, como vamos analistas o fazem, que o ciclo dos neutralismos pragmáticos esteja a terminar em Portugal, como o estará um pouco por toda a Europa, em 1999 a situação poderá encontrar-se substancialmente clarificada. Clarificação essa que, indubitavelmente, beneficiará o PP. E beneficiará por duas razões:

1. O PP como representante da direita democrática

Primeira razão porque, ao contrário do PS e, particularmente, do PSD, o PP desde há muito que já escolheu o seu campo: um projecto político de direita moderna e democrática, um projecto claro e sem ambiguidades.

2. Uma maioria natural de portugueses que não são de esquerda

Segunda razão, a de haver uma maioria natural de portugueses que não são de esquerda

Tem sido o neutralismo pragmático do PSD, impossibilitando a consolidação de uma representação política bem definida à Direita, que tem obstado a uma clara manifestação dessa realidade.

O partido natural para esses portugueses, que não são maioritariamente de esquerda, será o PP.

3. Dois grandes pólos: um PS moderado à esquerda e um PP alargado, credível e moderno à direita

De facto, esgotados os expedientes do neutralismo pragmático, é hoje bem claro que a vida política portuguesa deverá ter dois grandes pólos: um PS moderado à esquerda e um PP alargado, credível e moderno à direita.

C. O PP como representante da Direita democrática

Não basta ter uma perspectiva integrada do país, uma sólida escala de valores e um projecto coerente a propor. É preciso estar em posição de cumprir esse projecto. Ou seja, ganhar as eleições. O PP já é um partido de valores. Agora é preciso que esses valores sejam Governo.

É preciso que a Direita portuguesa tenha razões claras para entender que o PP é o verdadeiro representante da direita democrática e moderna.

D. Insistir no PSD é insistir nas derrotas que deram a vitória ao PS

É preciso, em suma, que a direita compreenda que insistir no PSD é insistir nas derrotas que deram a vitória ao PS.

Insistir no PSD é manter, indefinidamente, um dos grandes equívocos da política portuguesa e que tantos custos tem acarretado ao país.

Insistir no PSD é adiar uma clarificação, que urge fazer, no espectro político nacional.

E. Ser alternativa ao PS em 1999

Será missão deste Congresso, a de preparar o Partido Popular para ser alternativa de Poder em 1999. E afastar, concomitantemente, a ideia de um partido-charneira ou de um partido-muleta.

A corrida para 1999 terá quatro etapas:

1. As eleições regionais do corrente ano

É importante um reforço do poder do PP nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, de forma a que se possa processar uma progressiva renovação da sua autonomia e uma clarificação e pacificação das relações, tantas vezes conturbadas, com o Continente. As direcções regionais do PP deverão sentir todo o nosso empenho nestas eleições.

2. As eleições autárquicas de 1997

O PP concorrerá, em regra com listas próprias, ao maior número possível de Câmaras municipais. Qualquer excepção terá de ser proposta pelas estruturas locais e aprovada em Conselho Nacional.

3. As eleições europeias de 1999

o PP terá de reforçar a sua presença no Parlamento Europeu de forma a poder manter uma voz activa e sempre presente numa área fulcral para a manutenção da soberania nacional. Deverá ainda o PP propor que as eleições europeias e legislativas se desenrolem no mesmo dia.

4. As eleições legislativas de 1999

Etapa final e meta do percurso que neste congresso se inicia, nestas eleições deverá o PP constituir-se como alternativa de Poder ao PS. É esta uma aposta que começa já.

Para o alcance desta meta se deverão canalizar todas as energias do partido.

Um partido que será livre, mas disciplinado.

Um partido em movimento, presente no país real e em contacto com o país real

Como propostas concretas, avanço desde já:

Um esforço muito particular orientado para a formação de quadros jovens. Porque terá de ser com jovens bem preparados que o Partido Popular irá entrar, para ficar, no século XXI.

O permanente contacto dos dirigentes do partido e dos deputados do seu grupo parlamentar com os portugueses. Nesse sentido, o grupo parlamentar deverá deslocar-se pelo menos uma vez de dois em dois meses, a um distrito

A apresentação de um novo projecto para a Educação; A apresentação de um novo projecto para a Saúde;

**A apresentação de um novo projecto para a Segurança Social;
A apresentação de um novo projecto para a Administração Pública;
A apresentação de um novo projecto de sistema Fiscal. Serão constituídas equipas de trabalho que no prazo máximo de dois anos, nos darão a conhecer as suas conclusões.**

Um governo-sombra a constituir em 1998, que terá a seu cargo cotejar, com as nossas propostas e em todo o âmbito da actividade governativa, as propostas e decisões do Governo.

F. Um partido para o século XXI

Porque, hoje e aqui, é o partido que queremos lançar: um partido preparado para dobrar o século e o milénio.

Um partido preparado para enfrentar desafios radicalmente distintos dos desafios passados, com particular relevo para o maior de todos os desafios: o desafio do regresso do homem ao centro da política. Do homem inteiro com os seus valores, as suas visões integradas do mundo, os seus projectos e o seu sentido da vida e do destino.